

EDITORIAL

No atual contexto de incertezas e desafios para a retomada do crescimento econômico brasileiro, a situação do Estado do Rio de Janeiro apresenta particularidades que decorrem de uma trajetória recente baseada em um padrão de especialização com desdobramentos importantes não apenas na configuração da estrutura produtiva, como também na condução das finanças públicas e na dinâmica regional. É nesse contexto que se reforça a importância da *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* como espaço de reflexão acadêmica sistemática sobre o impacto das transformações em curso no contexto sócio-econômico-territorial do Estado do Rio de Janeiro e de seus impactos em termos da consolidação de uma trajetória sustentável de desenvolvimento. Para reforçar essa atuação, o Conselho Editorial tem buscado reforçar parcerias com instituições acadêmicas e com organismos de governo de relevância para o Estado, mantendo o compromisso com a autonomia crítica e o rigor analítico dos trabalhos realizados. Nesta direção, destacamos o apoio da Universidade Cândido Mendes – UCAM, e do Instituto Municipal Pereira Passos – IPP, autarquia da Prefeitura do Rio de Janeiro, na produção da Revista.

A *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* chega ao seu oitavo número, reforçando esse compromisso e convida o leitor a participar do debate sobre a trajetória do desenvolvimento fluminense através da leitura dos artigos que trazem contribuições importantes nessa direção. Os autores de elevada reputação e com um perfil acadêmico interdisciplinar foram escolhidos por critérios de excelência acadêmica e rigor analítico e evidenciam o compromisso editorial da Revista. Os temas abordados refletem a preocupação com o desenvolvimento a partir dessa perspectiva interdisciplinar, incluindo tanto aspectos mais afeitos à dinâmica territorial e urbana, quanto análises sobre possíveis desdobramentos do padrão de especialização produtiva no campo das políticas públicas e sobre a capacidade de articulação de agentes atuantes em diferentes setores de atividade.

No campo das análises com foco na dinâmica territorial e urbana, o artigo *Dinâmica Territorial e a Estruturação Espacial do Estado do Rio de Janeiro*, de Claudio Antonio Egler, Marcos Thimoteo Dominguez e André Regato, busca discutir a dinâmica territorial e seus rebatimentos na organização regional do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos conceitos de policentralidade e coesão territorial. Nesta análise, busca-se, a partir do mapeamento de fluxos entre cidades, discutir as transformações e os processos espaciais que contribuem para a diferenciação interna do território fluminense, ressaltando a criação de áreas urbanas integradas como um arranjo espacial e institucional em substituição ao modelo de polos regionais baseado na centralidade de alguns municípios, o que acaba por gerar periferias socioambientalmente vulneráveis. A abordagem procura identificar programas e projetos previstos ou em andamento pela administração pública com potencial para fomentar o desenvolvimento regional pautado numa estrutura policêntrica e pensada a partir de sua capacidade de compartilhamento de recursos, serviços e economias. Destaca-se, assim, a importância da coesão territorial, no sentido de oferecer à população um conjunto de serviços públicos capaz de promover o encontro entre lugares de forma equitativa e sustentável e fomentar e ampliar a transparência e o acesso à informação. Desse modo, a análise busca contribuir para a implementação de programas governamentais de desenvolvimento regional, propondo novas perspectivas a respeito da estruturação espacial de políticas públicas e de ações estratégicas de caráter territorial.

Ainda no campo urbano territorial, o artigo *Dispersão e extensão urbana no município de Araruama*, de Vanessa Moura de Lacerda Teixeira, discute as transformações ocorridas em termos de consumo do espaço em Araruama, tendo em vista a expansão de loteamentos, com residências, em sua maioria, de ocupação temporária, devido às características da urbanização de cidades ligadas à atividade turística. Discutem-se, nesse sentido, como as dinâmicas de aprovação de projetos de loteamentos contribuíram para a extensão urbana e consequente redução de zonas naturais e antropogênicas, avaliando-se os impactos ocasionados pela configuração espacial do município. Aponta-se que a necessidade de espaços o mais próximo possível do elemento natural – a lagoa – desencadeou problemas de ordem ambientais importantes, principalmente em função da implantação de loteamentos sem estruturas de saneamento coletivas. No caso de Araruama, importantes áreas naturais e

antroponaturais foram consumidas por uma população residente temporariamente, o que evidencia a dificuldade de aplicação de medidas de planejamento, especialmente ligadas ao uso do solo.

No plano da dinâmica urbana, o artigo *Os caminhos do lixo na cidade do Rio de Janeiro*, de Humberto Alves de Queiroz e Glaucio José Marafon, ressalta que a destinação dos resíduos sólidos constitui um desafio permanente para os gestores, em função de aspectos como a evolução das técnicas de coleta e destinação, o surgimento de empresas com o propósito de garantir a limpeza e o aperfeiçoamento técnico para confinamento do lixo. Desse modo, o artigo procura analisar os caminhos da geração dos resíduos sólidos urbanos do município do Rio de Janeiro e sua destinação para evidenciar a evolução da rede de coleta e destinação dos resíduos sólidos. Ressalta-se o papel de mudanças ocasionadas em função da lei 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos, com a consequente decisão pelo encerramento dos lixões no município e das maiores exigências de controle na disposição final dos resíduos coletados. Destaca-se que, com o crescimento da geração de resíduos é constante a demanda por investimento público para manutenção dos serviços de coleta e destinação, ressaltando-se a participação fracionada de empresas privadas, por meio de concessão de serviços. Aponta-se que a nova rede geográfica, refletida na realização do projeto da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Rio CTR, não oferece solução permanente para o problema de destinação: ao fim de sua vida útil, haverá necessidade de um novo destino ao lixo. Desse modo, conclui-se que será necessária a observação das ações pertinentes ao consumo para percepção das nuances da nova rede geográfica de destinação dos resíduos urbanos e da espacialização do lixo no município do Rio de Janeiro.

O artigo *Os desastres no Rio de Janeiro: conceitos e dados*, de Cesar Augusto Marques da Silva, destaca a importância, no plano ambiental, de uma série de eventos marcantes ocorridos no período recente no Estado do Rio de Janeiro, como o deslizamento em Angra dos Reis, em 2002 e 2010, do Morro do Bumba, em 2010, da Região Serrana em 2011, e mais recentemente, a escassez hídrica de 2014 e 2015. Neste sentido, o artigo traça um perfil de dinâmicas relativas aos desastres segundo diversas fontes de dados, como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais e o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. Procura-se debater conceitualmente a ideia de desastre, analisando-se as (in) consistências das bases de dados disponíveis, mostrando que, a despeito da disseminação da presença de órgãos de preparo em relação aos desastres, tais eventos também são dispersos no território fluminense. Ressalta-se que a compreensão sociológica do impacto desses eventos demanda o aprofundamento na análise dessas fontes, e também a melhor compreensão sobre as instituições que lidam com esses fenômenos. Aponta-se que a melhor compreensão dessa questão, assim como seu equacionamento, depende da melhoria da base de dados e de avanços em indicadores mais desagregados, como os relativos à frequência com que deslizamentos e inundações ocorrem, assim como à frequência do abastecimento de água na escala intraurbana.

No tocante à análise de possíveis desdobramentos do padrão de especialização produtiva fluminense no campo das políticas públicas, destaca-se o artigo *Deficiências no debate sobre antecipação de royalties em Campos dos Goytacazes*, de Carlos Gustavo Sarmet Smiderle e Marcelo Carlos Gantos, que analisa a precariedade da oferta de informação sobre as receitas petrolíferas (*royalties* e participações especiais) aos cidadãos de Campos dos Goytacazes (RJ). Argumenta-se que as receitas petrolíferas, normalmente consideradas um bônus para os municípios que as recebem, podem também ser tomadas como um ônus, na medida exata da falta de informação sobre suas origens e destinos, que resulta em ausência de controle da sociedade sobre sua aplicação e fortalecimento de antigas assimetrias sociais e de práticas clientelísticas. Ressalta-se que, com a conjuntura negativa que se instaurou no setor de petróleo e gás a partir de 2015, o município experimentou aguda crise financeira, optando por recorrer a operações de antecipação de receitas petrolíferas previstas. Nesse sentido, a partir da reunião de dados dispersos em diversas fontes, analisa-se o papel dos órgãos de imprensa na manutenção ou superação do já apontado déficit de informação sobre o assunto em amplos segmentos da população. Aponta-se, nesse sentido, a importância de transformar os royalties em tema prioritário na agenda de cidadãos e grupos sociais.

O artigo *Propriedade intelectual no Ssetor de confecção: estudo de uma microempresa*, de Anna Karina Mendes da Silva, Elizabeth Ferreira da Silva e Patrícia Pereira Peralta, procura discutir o caso de uma microempresa fluminense que atua no setor de confecção, por meio de uma estratégia

de diferenciação, propondo novos produtos, utilizando os direitos de propriedade industrial para manter sua vantagem competitiva. A empresa opera na concepção e desenvolvimento de produtos e tenta desenvolver ativos complementares para comercialização e distribuição dos mesmos no mercado interno. O caso demonstra que, apesar de todas as dificuldades inerentes ao porte empresarial, o pequeno empresário pode criar algo novo, proteger e reivindicar seus direitos em caso de infração, além de utilizar o prazo de proteção para desenvolver ativos complementares. O estudo de caso também revelou gargalos já apontados pelo setor, para o processo inovativo ao longo da cadeia, dificultando a estratégia de diferenciação e agregação de valor: a dificuldade do fluxo de informação entre os atores da cadeia, o elevado custo de transação e a baixa capacidade das empresas do elo de confecção (principalmente as empresas de pequeno porte) para influenciar o elo anterior da cadeia têxtil – os quais devem ser priorizados pelas ações governamentais e pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeções – Abit.

Por fim o artigo *V Plenária da Indústria e Comércio: lócus de discussão sobre a ação política do empresariado fluminense*, de Júlio César Oliveira de Souza, desenvolve uma análise histórica acerca do papel daquela instância de articulação entre empresários de vários segmentos econômicos no estado do Rio de Janeiro, o que resultou numa aliança de ocasião entre empresários fluminenses e o governo Collor até seu afastamento, em setembro de 1992. Argumenta-se que essa aproximação baseou-se numa relação simbiótica, na qual o governo federal facilitaria a entrada de investimentos no estado, destarte acabando com esvaziamento econômico da região, e, em contrapartida, ganharia o apoio político do estado e visibilidade nacional. Essa conjuntura é objeto de análise a partir do delineamento dos projetos de desenvolvimento econômico orquestrados por esse empresariado. A plenária também tracejou uma nova forma de ação política do empresariado fluminense, buscando acompanhar de perto os projetos de interesse do Rio de Janeiro no Parlamento, e também sistematizar uma participação política mais ativa, por meio de filiação a partido político e, até mesmo, de candidatura a cargos do executivo e legislativo.

O conjunto de artigos presentes neste oitavo número da *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* aponta para a discussão do desenvolvimento fluminense numa perspectiva histórica e sócio-econômica-territorial. É com base nessa perspectiva que reiteramos o convite à comunidade acadêmica para se engajar nesse processo e para oferecer novas contribuições ao debate.